

Edilson Pereira Nobre Júnior
(Organizador)

O DIREITO ADMINISTRATIVO EM TRANSFORMAÇÃO

Reflexões sobre a Lei Nº 13.655/2018

Colaboradores:

Danielle Victor Ambrosano
Danilo Miranda Vieira
Edilson Pereira Nobre Júnior
Fábio Henrique Cavalcanti Estevam
José Francisco Britto Fraga
Marina de Siqueira Campos Rebouças
Pedro de Oliveira Alves
Pedro Dias de Oliveira Netto
Valquíria Maria Novaes Menezes

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Edilson Pereira Nobre Júnior

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1163865

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D598d

O direito administrativo em transformação : reflexões sobre a lei nº
13.655/2018 / organizador: Edilson Pereira Nobre Júnior. – Rio de Janeiro
: Lumen Juris, 2019.

184 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia ao final de cada artigo.

ISBN 978-85-519-1544-8

1. Direito administrativo. 2. Administração pública. 3. Controle.
4. Brasil. [Lei n. 13655, de 26 de abril de 2018]. 5. Princípio da segurança
jurídica. I. Nobre Júnior, Edilson Pereira. II. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Uma Viragem Cultural no Direito Administrativo

Brasileiro (à Guisa de Introdução) 1

Edilson Pereira Nobre Júnior

Repercussões do art. 21 da LINDB para o Controle Interpretativo das Decisões que Invalidam Atos Administrativos 9

Pedro de Oliveira Alves

1. Introdução 9
2. Desenvolvimento da noção de controle da interpretação jurídica no direito público 11
3. Compreensão do dever de consideração das consequências na reforma da LINDB 13
4. A exigência de regularização proporcional no parágrafo único do art. 21: Qual sua aplicabilidade?..... 17
5. Novos parâmetros para a racionalidade administrativa: o que esperar da “administração de resultados”?..... 20
6. Considerações finais 23
7. Referências 25

A Primazia da Realidade na Gestão Pública: como Proporcionar um Controle da Administração Pública de Forma Mais Eficaz? 29

Pedro Dias de Oliveira Netto

1. Introdução 29
2. Desafios inerentes à atividade do gestor público 30
3. Controle da administração pública e seus entraves práticos 36
4. Sanção administrativa e os parâmetros de aplicação..... 41
5. Considerações finais 47

6. Referências.....	48
---------------------	----

O Art. 24 da LINDB, a Reafirmação Legal do Princípio Segurança Jurídica e a sua Aplicação ao Direito Tributário: uma Análise voltada para a Jurisprudência do CARF	53
---	-----------

Danielle Victor Ambrosano

1. Análise de conteúdo do art. 24 da LINDB.....	54
2. O art. 24 da LINDB e sua aplicação ao direito tributário	58
2.1 Análise de casos concretos – decisões administrativas proferidas no âmbito do CARF.....	63
2.2 Análise crítica dos argumentos apresentados nas decisões administrativas.....	68
3. Conclusão	71
4. Referências.....	71

Atuação Administrativa e Consensualidade: a Vinculação do Ministério Público aos Requisitos, Cláusulas e Vedações Descritos no Art. 26, da Lei nº 13.655/18, no Acordo Substitutivo Envolvendo Atos de Improbidade Administrativa	75
--	-----------

Fábio Henrique Cavalcanti Estevam

1. Considerações introdutórias.....	75
2. Bases históricas do paradigma da consensualidade no direito administrativo.....	77
3. A consensualidade no direito sancionador: fundamentos constitucionais para a superação da vedação do acordo em atos de improbidade administrativa	80
4. Parâmetros do acordo substitutivo envolvendo atos de improbidade administrativa	85
5. O “permissivo genérico”, previsto no art. 26, da LINDB.....	88
6. Conclusões	91
7. Referências.....	93

Uma Análise do Art. 27 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: o Dever de Compensação e o Acordo Processual..... 95

José Francisco Britto Fraga

1. Introdução 95
2. A instauração do processo e o dever de compensação 96
3. Compromisso processual e controle dos acordos regulatórios..... 101
4. Justificativa do projeto de lei e a jurisprudência 105
5. Considerações finais 106
6. Referências..... 107

A Responsabilidade Pessoal do Agente Público por Dolo ou Erro Grosseiro 111

Danilo Miranda Vieira

1. Introdução 111
2. O art. 28 da LINDB e seus elementos constitutivos..... 115
3. Críticas à exigência de “erro grosseiro”
para a responsabilização dos agentes públicos 122
4. Conclusão 127
5. Referências..... 128

A Amplitude do Dever de Motivação nas Consultas Públicas a partir do Artigo 29 da Lei 13.655/2018 131

Valquíria Maria Novaes Menezes

1. Introdução 131
- 2.1 Fundamentos da participação na administração consensual..... 133
- 2.2 Novas bases de legitimação administrativa: a legitimação
pelo procedimento da consulta pública 135
3. Críticas ao instituto da consulta pública e a realidade brasileira 136
4. Atividade normativa da Administração e a
consulta pública: impactos do art. 29 137
- 4.1 A normatização como função administrativa e como processo 137

4.2 Espaço de discricionarieidade versus resposta adequada à consulta pública: ônus argumentativo	139
5. Conclusão	141
6. Referências.....	142

**O Papel dos Precedentes Administrativos no Disciplinamento
Jurídico da Atuação da Administração Pública.....** 147

Marina de Siqueira Campos Rebouças

1. Introdução	148
2. A segurança e a certeza jurídica no âmbito da Administração Pública ..	149
3. A aplicabilidade da sistemática dos precedentes à esfera administrativa brasileira.....	154
4. A previsão do art. 30 da LINDB e seus efeitos práticos no ordenamento jurídico brasileiro	160
5. Considerações finais	169
6. Referências.....	171